

PARECER DE HABILITAÇÃO

Contrato nº 001/2024

Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2024 por mais 12 (doze) meses, com início em 01 de janeiro de 2026 e término em 31 de dezembro de 2026, mantendo-se as mesmas condições contratuais vigentes.

Contratada: MEMORY PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA

I – RELATÓRIO

No dia 26 de dezembro de 2025, a Administração, por intermédio de seu Diretor Executivo, formalizou a demanda administrativa visando à prorrogação do Contrato nº 001/2024, cujo objeto consiste na contratação de serviços comuns de sistema de gestão, serviços estes de natureza contínua e essenciais para assegurar a regularidade fiscal, contábil e financeira da instituição, em estrita observância às exigências legais aplicáveis à Administração Pública.

Os serviços contratados contribuem diretamente para a transparência, conformidade normativa e eficiência na gestão dos recursos públicos, razão pela qual o interesse público na continuidade da avença encontra-se plenamente caracterizado.

Com vistas à formalização do termo aditivo, foi emitido Parecer Técnico, destinado a analisar:

- I - a manutenção das condições de habilitação da contratada; e
- II - a vantajosidade econômica da prorrogação, conforme exige a legislação vigente.

Em complemento, foi solicitado formalmente, por meio eletrônico, que a contratada encaminhasse a documentação atualizada de habilitação, a fim de resguardar, de forma inequívoca, a regularidade da contratação.

Na data de 29 de dezembro de 2025, a empresa apresentou toda a documentação requerida, a qual foi devidamente analisada.

É o relatório.

II – DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO

II.1 – Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional

A contratada comprovou, de forma satisfatória, o atendimento aos requisitos de qualificação técnica exigidos, mediante apresentação de:

- a) comprovante de vínculo com profissional legalmente habilitado e registrado no respectivo conselho profissional competente; e
- b) prova de registro ou inscrição válida na entidade profissional competente.

Os documentos apresentados demonstram capacidade técnica e regularidade profissional compatíveis com a complexidade e a natureza do objeto contratado.

II.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

Restou comprovada a regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, por meio da apresentação de:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) certidões de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, todas dentro do prazo de validade;
- c) comprovante de regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS; e
- d) certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

Não foram identificadas pendências, restrições ou apontamentos que comprometam a capacidade jurídica ou fiscal da contratada.

II.3 – Habilitação Econômico-Financeira

A empresa apresentou:

- a) balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais; e
- b) certidão negativa de feitos sobre falência, devidamente atualizada.

A análise dos documentos evidencia equilíbrio econômico-financeiro, inexistindo qualquer indício de incapacidade para a continuidade da execução contratual.

III – DA VANTAJOSIDADE DOS PREÇOS

Para a verificação da vantajosidade da prorrogação contratual, foi realizada análise objetiva, nos termos do art. 106, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a qual exige a demonstração de que a continuidade do contrato se mostra mais vantajosa para a Administração Pública.

Nesse sentido, procedeu-se à pesquisa de preços junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, tendo sido analisados os valores pactuados por diferentes entes públicos em instrumentos

contratuais com objetos semelhantes ao da presente contratação, especialmente relacionados à prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil.

A partir da análise dos contratos identificados, apurou-se um valor médio mensal de R\$ 5.820,00 (cinco mil, oitocentos e vinte reais) para a contratação de serviços de sistema de gestão equivalentes.

Nesse contexto, registre-se que, embora o valor originalmente contratado corresponda a R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) mensais, referido montante não permanecerá nominalmente inalterado na prorrogação, porquanto está sujeito ao reajuste monetário previsto em lei e na cláusula contratual vigente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Conforme cálculo realizado por meio da calculadora oficial do IPCA/IBGE, considerando como mês inicial junho de 2025, mês final novembro de 2025 e valor base de R\$ 3.200,00, respectivamente a data inicial do segundo aditivo, mês anterior ao do reajuste e o valor pactuado na assinatura do segundo aditivo, apurou-se um percentual acumulado de 1,14%, resultando no valor atualizado de R\$ 3.236,62 (três mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Não obstante a aplicação do reajuste monetário, observa-se que o valor reajustado permanece significativamente inferior à média de mercado apurada, qual seja, R\$ 5.820,00 mensais, o que evidencia, de forma inequívoca, que a prorrogação contratual continua sendo econômica, razoável e vantajosa para a Administração, em estrita observância aos princípios da economicidade, eficiência e do interesse público.

Ademais, a eventual substituição do prestador de serviços implicaria a deflagração de novo procedimento licitatório, com geração de custos administrativos adicionais e riscos decorrentes de período de transição operacional, fatores que reforçam a conveniência e a eficiência da prorrogação contratual.

IV – DA ANÁLISE DO PRAZO CONTRATUAL E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

No que se refere ao prazo de vigência do Contrato nº 001/2024, verifica-se que se trata de contrato de prestação de serviços de natureza contínua, hipótese que admite prorrogações sucessivas, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições de habilitação do contratado.

Nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, a duração dos contratos administrativos dessa natureza poderá ser prorrogada até o limite máximo de 10 (dez) anos, incluídas eventuais prorrogações.

No caso em análise, constata-se que o contrato ainda não atingiu o referido limite temporal, uma vez que a presente prorrogação encaminha-se para o terceiro exercício, razão pela qual a prorrogação

pretendida encontra amparo legal, não havendo óbice jurídico quanto ao aspecto temporal da avença, desde que observados, como de fato foram, os requisitos de vantajosidade econômica, interesse público e regularidade da contratada.

V – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opina-se favoravelmente pela prorrogação do Contrato nº 001/2024, uma vez que:

- a)** a contratada mantém integralmente todas as condições de habilitação originalmente exigidas;
- b)** a documentação apresentada encontra-se regular, válida e suficiente;
- c)** o preço contratado, após análise de mercado, permanece vantajoso para a Administração; e
- d)** a prorrogação atende ao interesse público, em conformidade com o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim, não há óbices jurídicos ou técnicos à celebração do respectivo termo aditivo.

É o parecer.

Divinópolis/MG, 29 de dezembro de 2025.

Luan Henrique Arantes Pereira
Coodenador de Programa